

**ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 9h 17min no Auditório do Parque Massairo Okamura ocorreu a 59ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 22ª Reunião Extraordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 80, que estabelece o Calendário de Reuniões para o ano de 2016; Finalização da Revisão da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO, Sr. Nédio Carlos Pinheiro, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Juracy de Ozeda Ala Filho, representante da SEPLAN; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sra. Fátima Aparecida da Silva Iocca, representante da UNEMAT; Sra. Sara Suely Attilio Caporossi, representante da ABES; Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante dos Comitês; Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdala, representante da OAB; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representando do CREA/MT; SR. Renato da Gama Nogueira, representante da ALTO JAURU ENERGÉTICA; Sr. Oswaldo Cherobino Gori, representante da ARAGUAIA GERADORA DE ENERGIA; Sra. André Luis Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sr. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, representante da AÇÃO VERDE; Sr. Joilson José Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Fabrício Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUÁRIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; Sra. Alessandra Cintra Mardirossian, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Édio Ferraz Ribeiro, representando a CAB Cuiabá. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que agradeceu a presença de todos. Em seguida passou ao primeiro ponto da pauta, colocando em apreciação a Ata da 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando a Presidente colocou em votação a Ata da 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta, passou aos informes colocando aos conselheiros que nos dias 02 e 03 de dezembro ocorrerá em Cuiabá reunião do Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai, ponderando que é a última reunião em que a SEMA é coordenadora, sendo que em 2016 a coordenação do mesmo passará para a Secretaria

de Meio Ambiente de mato Grosso do Sul e que será interessante a apresentação que será feita pelo Professor Ximenes sobre Hidrovias. Colocou aos conselheiros que nos dias 05 e 06 de novembro ocorreu o 1º Seminário das Salas de Situação Estaduais, onde foram como representantes da SEMA a Analista Lorena Nicochelli e o Analista Renato Paschoal. Em seguida o Secretario Executivo passou a palavra à Analista Ellen Pantoja, para que a mesma colocasse aos conselheiros uma situação que esta ocorrendo em relação a barramentos. A Sra. Ellen colocou que no Workshop sobre construção de barragens realizado pela SEMA no período de 5 a 6 de novembro de 2015, o representante do município de Sorriso apresentou uma legislação municipal que trata do licenciamento para a construção de barramentos sem a solicitação de outorga junto a SEMA, sendo a mesma será cobrada somente para o uso da água reservada. A Sra. Ellen colocou que no seu entendimento esta legislação municipal contraria tanto a Lei Federal nº 9.433/97 quanto a lei Estadual nº 6.945/97, pois a construção de barragens altera o regime do corpo hídrico, sendo, portanto, passível de outorga. Contraria também a normativa de desconcentração do licenciamento, pois a mesma versa que é obrigatória a exigência de outorga para as situações passíveis de outorga. A Sra. Ellen Pantoja colocou que participou de reunião em Sorriso sobre barragens e piscicultura e que percebeu o anseio dos empreendedores pela regulamentação de barragens, mas que, atualmente, existe uma orientação do jurídico da SEMA, para não analisar pedidos de outorga em barragens a serem construídas ou que o foram depois da publicação da Resolução CEHIDRO nº 27 de 2012. A conselheira Alessandra Panizi leu o Art. 11 da Lei 9.433/97, que coloca os usos sujeitos a outorga e colocou que esta sendo sim cobrada a outorga de direito de uso da água, só que em outro momento do processo, ao que a Sra. Ellen Pantoja respondeu que esta sendo exigida no caso somente a outorga de captação, não a outorga de obra hídrica que se refere a construção do barramento em si, uma vez que o mesmo altera o regime hídrico do corpo d'água, destacando que a outorga de obras hídricas analisa questões como vazões máximas, extravasor e se a implantação inviabilizará o atendimento de outorgas de usuários que se localizem a jusante ou a montante do empreendimento. A conselheira Alessandra Panizi colocou que se tem que esclarecer melhor este assunto antes do Conselho se posicionar, ponderando que a outorga esta de alguma forma sendo cobrada, porem no momento e forma errados. A Sra. Ellen Pantoja esclareceu que serão duas análises em uma única solicitação de outorga, ponderando que não se pode deixar de solicitar a outorga antes da realização da obra hídrica. O Secretário Executivo ponderou que esta é uma discussão que será feita no ano

69 que vem no CEHIDRO, e neste momento só se trouxe a situação a título de informação.
70 Em seguida passou a palavra à Secretária do CEHIDRO, que informou aos conselheiros
71 que nos dias 17 e 18 de novembro ocorreu em Brasília o 1º Seminário de Avaliação do
72 PROGESTÃO, com o objetivo de verificar junto aos Estados com ciclo 2013-2016 os
73 pontos fortes e fracos do programa, visando melhorias para o próximo período.
74 Complementou que foram como representantes da SEMA a Analista Sibelle Jakobi e a
75 Analista Lorena Nicochelli, e que como representante do CEHIDRO foi a Sra. Fátima
76 locca, representante da UNEMAT no Conselho, e passou à palavra à mesma para que ela
77 colocasse aos presentes o que pode tirar do evento. A conselheira Fátima locca colocou
78 que primeiramente é necessário parabenizar a equipe que esta trabalhando com o
79 PROGESTÃO, pois a mesma é reduzida mas que conseguiu avançar muito considerando
80 as condições. Ponderou que se analisando as características do Estado e comparando
81 com o demais que encontravam-se presentes observou que o trabalho feito foi tímido
82 porem significativo e percebeu que o CEHIDRO deve ter uma atuação mais política, junto
83 à Secretária de meio Ambiente e à Assembléia Legislativa, para tornar os recursos
84 hídricos um tema de governo, destacando ainda que se deve ter uma preocupação
85 quanto à questão dos barramentos, pois não temos nem um levantamento preciso do
86 numero de barragens e a equipe é reduzida, existe o recurso mas não se consegue
87 aplicá-lo por falta de pessoal. O conselheiro Juracy Ala colocou que temos problemas
88 com barramentos de hidroelétricas, os quais são problemáticos e temos que tomar um
89 grande cuidado neste ponto. O conselheiro Oswaldo Gori ponderou que tem que
90 diferenciar as barragens de rejeito e as barragens de hidroelétricas, destacando que são
91 totalmente diferentes tecnicamente e quando se fala em barramento esta se
92 generalizando, é necessário ter este entendimento. O Secretário Executivo deu
93 continuidade aos informes passando a palavra á Secretária do CEHIDRO, a qual informou
94 aos conselheiros que no Diário Oficial do dia 06 de novembro de 2015 foi publicado o
95 decreto nº 316, que regulamenta o CEHIDRO e vem substituir o Decreto nº 2.707/2010,
96 destacando que o novo Decreto altera basicamente a composição do CEHIDRO e a forma
97 de eleição das entidades não governamentais e usuários de água. Colocou ainda que
98 esta agendada uma reunião da Comissão Eleitoral para o dia 19 de novembro no período
99 da tarde, quando será definido o Edital para o processo eleitoral para compor o CEHIDRO
100 no biênio 2016/2017, devendo o mesmo ser publicado na próxima semana, destacando
101 que todas as informações serão encaminhadas aos conselheiros via email. A conselheira
102 Alessandra Panizi sugeriu que fosse feita uma única audiência pública com sete urnas,

onde os setores votariam, para evitar realizar sete audiências, ao que a Secretaria do CEHIDRO colocou que ira levar esta sugestão à Comissão Eleitoral. A conselheira Alessandra Panizi colocou que a Secretaria Executiva trouxe diversas vezes à Plenária sugestões de fazer moções dirigidas às mais diversas entidades, solicitando maior transparência, mas o Decreto que regulamenta o CEHIDRO foi publicado pela SEMA sem ter sido discutido por este Conselho, destacando que acredita que não se teria problemas para a aprovação da composição como foi publicada, porem a forma como o processo foi conduzido tira a credibilidade, porque as pessoas ficam com receio de quais outros decretos serão publicados sem conhecimento do CEHIDRO. Ponderou que a FIEMT esta indignada com o processo de elaboração e publicação do DECRETO e destacou que a FIEMT e a FAMATO poderiam compor o CEHIDRO pois é importantíssimo ter a visão das federações, sugerindo que fosse feita uma moção para a inclusão do FAMATO e da FIEMT como sociedade civil organizada. O conselheiro Vicente Falcão colocou que reforça as palavras da conselheira Alessandra Panizi em relação à falta de comunicação ao CEHIDRO em relação ao Decreto e destacou que no mesmo a definição de organizações não governamentais não restringe à entidades ambientalistas, ponderando que da forma como esta escrito podem ser eleitas entidades não ligadas à area ambiental, como associações de bairro. A conselheira Fátima locca colocou que para evitar este tipo de atitude que é importante reforçar a participação dos conselheiros na atuação política em relação ao CEHIDRO. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fossem feitas duas moções, uma direcionada à SEMA solicitando que tudo relacionada à recursos hídricos passe pelo CEHIDRO, e outra solicitando alterar o Decreto para inclusão da FIEMT e da FAMATO como sociedade civil organizada. O Secretario Executivo colocou em votação a sugestão da conselheira Alessandra Panizi de encaminhar à SEMA uma Moção solicitando que tudo relacionada à recursos hídricos passe pelo CEHIDRO, o que foi aprovado pelos presentes. A Sra. Ellen Pantoja questionou se não deveria entrar como usuário, sendo respondida pela conselheira Alessandra Panizi que não por ser uma federação. A conselheira Fatima locca ponderou que a preocupação deve ser em se manter a participação de toda a sociedade de maneira equilibrada. A conselheira Telma Monteiro questionou como era a composição definida pelo Decreto 2.707, ao que a Secretaria do CEHIDRO colocou que eram nove entidades governamentais, sendo oito secretarias de estado e a UNEMAT, nove membros convidados, entre eles a UFMT, órgãos federal com interesse na questão hídrica, a AMM, e entidade de classe, alem de um representante dos Comitês, e nove representantes de

137 organizações não governamentais e usuários de água, sem que houvesse um numero
138 determinado de vagas para cada um destes, destacando que neste ultimo os interessados
139 se inscreviam e votavam entre si, os nove mais votados assumiam as vagas, o que podia
140 gerar uma prevalência de alguns setores. A conselheira Telma Monteiro ponderou que a
141 preocupação é com o equilíbrio do conselho. A Secretária do CEHIDRO questionou se
142 tendo a FIEMT como sociedade civil organizada e mais uma vaga para o setor de
143 industria entre os usuários se o mesmo setor não teria dois votos, e assim teria mais
144 peso que os demais setores usuários, ao que o conselheiro Vicente Falcão respondeu
145 que se considerar desta forma vários setores estariam em duplicidade, posi um
146 representante da ABES pode atuar como engenheiro de algum usuário, ao que a
147 Secretária do CEHIDRO ponderou que são coisas distintas e que devemos considerar
148 que os conselheiros quando fazem suas colocações defendem as suas entidades e
149 setores e não seus interesses pessoais, porem os interesses da FIEMT e das Industrias
150 seriam coincidentes sempre, por serem o mesmo setor. A conselheira Fátima locca
151 reforçou que deve se ter uma preocupação com o equilíbrio entre os setores e lembrou
152 que representam a sociedade como um todo. O Secretario Executivo colocou que a
153 conselheira Alessandra Panizi sugeriu outra moção, ainda não votada, com relação à
154 inclusão da FIEMT e da FAMATO no Decreto que regulamenta o CEHIDRO. O
155 conselheiro Fabrício Doi ponderou que não vê problema de incluir estas entidades no
156 CEHIDRO. A Sra. Ellen Pantoja sugeriu que a votação ficasse para uma próxima reunião,
157 pois ainda é um tema insipiente e que deve ser melhor discutido antes de ser votado. O
158 conselheiro Jesse Arruda colocou que é pertinente a colocação da conselheira
159 Alessandra Panizi, pois a forma como foi conduzida a revisão do Decreto desrespeitou o
160 CEHIDRO e temos que evitar que isto aconteça. A conselheira Leonice Lotufo sugeriu
161 que se incluísse também a União das Câmaras Municipais de Mato Grosso - UCMMAT,
162 pois esta entidade tem tido grande atuação junto aos comitês e é uma forma de
163 aproximação com o poder legislativo. A conselheira Alessandra Panizi complementou sua
164 proposta sugerindo incluir mais uma vaga para organizações não governamentais. Devido
165 ao grande número de entidades, o Secretario Executivo colocou em votação a inclusão de
166 cada uma das entidades sugeridas, tendo sido aprovadas para constar na moção que
167 solicita a inclusão de vagas para entidades não elencadas no Decreto nº 316 as entidades
168 FIEMT, FAMATO, UCMMAT e mais uma vaga para entidades não governamentais. O
169 conselheiro Vicente Falcão solicitou que se fosse se alterar o Decreto que o Item F do
170 Inciso II do Art. 2º fosse descrito com maior clareza, de forma a limitar a entidades voltada

171 à questão ambiental, e sugeriu que fosse feita uma Moção solicitando a exclusão da
172 IBAMA e do DNPM das entidades governamentais do Decreto, colocando-os como
173 convidados sem direito a voto. A sra. Ellen Pantoja colocou que o DNPM outorga recurso
174 mineral que interfere na qualidade e na quantidade dos recursos hídricos e que não existe
175 conversa entre ele e a SEMA, de forma que é contrária à exclusão deste entidade. O
176 Secretario Executivo colocou que existe esta interface da atuação, porem o DNPM não
177 demonstrou interesse em participar do CEHIDRO e a questão da água mineral ainda é
178 incipiente no Estado. A conselheira Telma Monteiro questionou como é o histórico de
179 participação destas entidades, sendo respondida pela Secretaria do CEHIDRO que o
180 IBAMA ja foi muito ativo porem no ultimo biênio compareceu a poucas reuniões, e o
181 DNPM participou no máximo de duas reuniões até hoje. o Secretario Executivo colocou
182 em votação a Moção solicitando a exclusão do IBAMA e do DNPM, os quais passariam a
183 ser membros convidados sem direito a voto, ao que a FIEMT, OAB, ABES, UNEMAT,
184 Comitês, Companhia Maranhense e Araguaia Geradora de Energia se abstiveram, a SES,
185 CREA, Vitória Régia e Ação Verde votaram a favor e ninguém se manifestou
186 contrariamente, ao que a Moção foi aprovada. O Secretario Executivo passou então ao
187 próximo item da pauta, colocando em apreciação da Minuta de Resolução nº 80, que
188 estabelece o Calendário de Reuniões para o ano de 2016, ninguém se manifestando
189 colocou em votação a Minuta de Resolução nº 80, que estabelece o Calendário de
190 Reuniões para o ano de 2016, a qual foi aprovada pelos presentes. Passou então para a
191 Finalização da Revisão da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97 e colocou aos
192 conselheiros que a conselheira Leonice Lotufo solicitou voltar à discussão da agência de
193 água, e passou a palavra à mesma. A conselheira Leonice Lotufo colocou que em
194 diversos locais do país os Comitês estão encontrando dificuldades com as Agências de
195 Água e estão trabalhando com a figura de entidades delegatárias, pois isto dá a
196 possibilidade do comitê decidir se quer que a entidade continue atuando como agência de
197 bacia ou não, enquanto a agência em si, por ser criada com base na lei, acaba sendo
198 obrigatória aos comitês, destacando que sua solicitação é que se conste essa
199 possibilidade de se utilizar agencias delegatárias na Minuta de Lei, uma vez que os
200 comitês não tem interesse na instituição da agência de água. A conselheira Alessandra
201 Panizi colocou que é necessário se esclarecer melhor o papel das agências de água, pois
202 é algo confuso e colocou que a base legal para se colocar agências delegatarias é o Art.
203 51 da Lei Federal nº 9.433/97, ponderando que somente até a criação das agências de
204 água, e sugeriu para colocarmos o mesmo texto da norma federal, apenas adequando ao

Estado, o que foi aprovado por unanimidade. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos conselheiros que ao final da 22ª Reunião Extraordinária tinha se finalizado a parte da Minuta referente a Infrações e Penalidades, porem ficou pendente de aprovação via email do texto final de uma sugestão da conselheira Alessandra Panizi referente à inclusão de artigo tratando da redução em 90% do valor da multa caso o responsável repare o dano ambiental causado, porem como houveram questionamentos por email, a Secretaria Executiva voltar a este artigo nesta reunião. O Secretario Executivo leu a sugestão de redação feita pela conselheira Alessandra Panizi por email, e a sugestão de redação do §1º feita pela conselheira Luciana Calçada. Ficou aprovado que o artigo teria a seguinte redação: "Art. Xx As multas previstas nesta lei podem ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator adotar as medidas específicas, aprovadas pela autoridade competente, para fazer cessar e/ou corrigir a degradação ambiental e/ou infração ambiental. § 1o A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação e execução de projeto técnico de reparação do dano. § 2o A autoridade competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir. § 3o Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em noventa por cento do valor atualizado, monetariamente. § 4o Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano não reparado." O Secretario Executivo continuou a leitura da Minuta de Lei, a partir do Capítulo I - Recursos do Fundo do Título IV - Do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu incluir no Inciso III do Art. 49 a Lei Federal nº 9.984/2000, que é a legislação que trata da compensação financeira que os Estados receberem em decorrência dos aproveitamentos hidroenergéticos, o que foi aprovado. O Secretario Executivo leu o Art. 50 da Minuta, ao que o conselheiro Vicente Falcão sugeriu trocar o termo prioritariamente por preferencialmente no texto "prioritariamente nas respectivas bacias hidrográficas em que foram arrecadados os recursos", sendo colocado pela conselheira Leonice Lotufo que tanto este texto quando os valores de que tratam o Parágrafo Único neste artigo contam em legislação federal específica, solicitando que seja mantido, o que foi aprovado. O Secretario Executivo leu o Art. 51, ao que foi sugerido que o texto final deste artigo ficasse "As aplicações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos serão regulamentadas por Decreto, observada a legislação vigente", o que foi aprovado. O Secretario Executivo leu os artigos restantes da Minuta, sendo sugerida a exclusão do Art. 57, o que foi aprovado

pelos presentes, e assim finalizada a revisão da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, a qual foi aprovada pelos presentes. O Secretario executivo abriu então a palavra aos conselheiros. A conselheira Sara Caporossi informou aos conselheiros que ocorrerá nos dias 25 e 26 de novembro na Escola Superior de Contas do TCE-MT em Cuibá o IV Fórum Municípios e Soluções, destacando que informações e inscrições podem ser feitas no site do TCE-MT. A conselheira Leonice Lotufo informou aos conselheiros que foi eleita Coordenadora Regional do Fórum de Comitês de bacia, e destacou que o ENCOB de 2016 ocorrerá no mês de julho para ficar mais barato aos participantes e que maiores informações serão repassadas no próximo ano. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerrou a reunião às 11h 51min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30/08/2016.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*